

Relatório de Gestão
Superintendência da Polícia Federal
no Estado do Ceará
UASG 200084

Ano 2008

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Ceará- SR/DPF-CE.	
CNPJ	00.394.494/0023-41.	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça 00.394.494/0023-41.	
Endereço completo da sede	Rua Dr. Laudelino Coelho, nº 55, Bairro de Fátima, Fortaleza/CE, CEP 60.415-430	
Endereço da página institucional na internet	http://www.dpf.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Criação: Decreto nº 73.332, de 19 de dezembro de 1973. Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006; Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.	
Código da UJ titular do relatório	200084	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Segurança Pública.	
Tipo de atividade	Policial.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Primária	200084
	Tesouro	200392
	Funapol	200393

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1 Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1.1 Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também noteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Policia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

1) **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

2) **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

Atribuições de polícia administrativa

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA**, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) **Controle Migratório**: Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) **Controle de Armas**: A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) Controle de Segurança Privada: atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) Controle de Precursores Químicos: Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) Controle de Dignitários: A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

6) Controle de Identificação Criminal e Civil: a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessório dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência)

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

Talvez ainda possam ser incluídas nessa relação outras três atribuições:

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

Atribuições de polícia judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal, prevê que a Polícia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;(lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

As Unidades Descentralizadas contam com Superintendências nas Capitais de todos os Estados da Federal e no Distrito Federal, além de Delegacias espalhadas por todos Brasil, são responsáveis pela execução das ações do Departamento de Polícia Federal em nível Estadual, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como na atuação como Polícia Administrativa.

A Unidade Superintendência de Polícia Federal no Estado do Ceará engloba a Superintendência em Fortaleza/CE, a Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE e o Posto Avançado de Sobral/CE.

O planejamento e a execução das operações serão desenvolvidos em cada uma das Unidades do Departamento da Polícia Federal (DPF), obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação. Na execução dessas ações, deverá ser priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial. Deverão ser incrementados e modernizados o Controle Migratório e as ações de combate ao contrabando e descaminho, através do controle de pontos estratégicos de fronteira e dos portos e aeroportos do país, com a participação da Receita Federal e de outras Instituições. As operações de repressão a crimes contra o patrimônio público, crimes ambientais, ao tráfico de seres humanos, à pedofilia, poderão ser realizadas em cooperação com forças policiais locais. Além do inter-relacionamento mais efetivo com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, deve ser dada prioridade a parcerias com outras agências governamentais - INCRA, IBAMA, FUNAI, INSS, DNPM e MINISTÉRIO DO TRABALHO - nas operações a serem executadas em todo território nacional. Por outro lado, a fixação de um maior efetivo de policiais federais em todo território nacional dinamizará a atuação da Polícia Federal, contribuindo significativamente para a redução da criminalidade.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (*lei nº 11.658 de 07/04/2008*) onde a Polícia Federal esta inserida no **OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”**.

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nominado “**Brasil sem violência**”, uma das metas do plano de governo, tendo como pontos de atuação para a polícia federal os seguintes:

- Intensificar a repressão ao crime organizado, a vigilância das fronteiras para impedir o tráfico de drogas e armas e combater a lavagem de dinheiro, integrando mecanismos investigativos, ampliando as bases de dados, reforçando a cooperação internacional;
- Consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para agilizar os fluxos informativos entre instituições e melhor combater a criminalidade;
- Ampliar o papel de indutor de princípios e práticas policiais do Fundo Nacional de Segurança Pública, complementar na sustentação financeira das políticas esta duais e locais de segurança;

- Ampliar o efetivo da Polícia Federal, mantendo sua independência e fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras;
- Expandir a Força Nacional de Segurança Pública;
- Integrar as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação;
- Continuar o processo de integração dos Sistemas de Informações Criminais, com a ampliação do Sistema Nacional de Inteligência e de Informação em todos os níveis;
- Desenvolver Rede Nacional de Educação em Segurança Pública Cidadã, com a formação integrada dos profissionais;
- Valorizar espaços de participação da população, como ouvidorias e conselhos.

Para alcance desses desafios as estratégias de atuação estão resumidas nos seguintes aspectos:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;

3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na integração com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2720 - **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate ao contrabando e ao descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a

pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

Ação nº 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos, a qual tem a finalidade de promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas

2.3 Programas

2.3.1. Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

O Programa apóia-se em posturas adotadas pelo Ministério da Justiça, sendo que os atores responsáveis pelas decisões a serem tomadas em execução direta são servidores de carreira do Poder Executivo, atuando nas funções de Gerente de Programa, Gerente-Executivo e Coordenadores de Ações, não se olvidando os policiais e demais servidores do DPF que atuam em atividades meio, com claros benefícios a todas as Unidades Federativas da União e à sociedade como um todo.

A par disso, conta-se também com a aquisição de equipamentos e sistemas de última geração, bem como assessoria de pessoal especializado, contratado especificamente para auxiliar os trabalhos, de modo a conferir respaldo técnico às ações desenvolvidas. Tal situação pode ser percebida, por exemplo, no Projeto PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC, em que, por meio de acordo de cooperação internacional, o DPF vem modernizando, atualizando e dotando de instrumentos tecnológicos necessários as suas Unidades Centrais e Descentralizadas.

Nesse diapasão, podemos destacar algumas estratégias voltadas à atualização da instituição Polícia Federal, tais como modernização dos equipamentos e sistemas utilizados pelos policiais federais; melhora da estrutura e dos modelos operacional e gerencial do DPF; alta tecnologia a ser utilizada no combate à criminalidade; ampliação e reforma das Unidades Descentralizadas; construção de novas unidades em regiões estratégicas e reformas daquelas já existentes; melhor efetividade no controle do tráfego internacional de passageiros; implementação de um sistema integrado de informações, e outras ações a serem decididas em conformidade com o Planejamento estratégico da instituição.

Tabela I – Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal
Objetivos Específicos	Em decorrência dos erros de estratégias político-administrativas de décadas passadas, observa-se, atualmente, o enfraquecimento das instituições de segurança, o elevado nível de corrupção e a abertura do país para a criminalidade internacional, transformando o Brasil em uma nação de fronteiras abertas. A Polícia Federal, como órgão da administração direta do Governo Federal, responsável pelas atividades de Polícia Judiciária da União, coloca-se à frente dessa situação, apontando suas deficiências e vulnerabilidades e propondo soluções concretas e exequíveis que têm como base fundamental a determinação, a tecnologia e a competência como forças motoras, por excelência, capazes de impulsionar a idéia de modernização e viabilizar a implementação das medidas adequadas. Em função da complexidade das atribuições constitucionais e da sua situação atual, a Polícia Federal tem enfrentado dificuldades extremas na consecução dos seus objetivos, convivendo com a escassez de recursos de toda ordem, o que pode conduzir o País a uma condição de extrema vulnerabilidade em matéria de segurança pública. Busca-se com essa programa de governo prover a Polícia Federal das condições adequadas, em termos de estrutura operacional, para que ela possa cumprir de forma eficiente e eficaz com seu mister constitucional.
Gerente do programa	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Gerente executivo	Paulo Martins Beltrão Filho
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não há indicadores de desempenho para o programa.
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Federal

2.3.1.1.- Principais Ações do Programa

2.3.1.1.1 Ação 1899 – Reaparelhamento das Unidades Operacionais do Segmento Técnico-Científico (Promotec/Pró-Amazônia)

Tabela G – Dados Gerais da Ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
Descrição	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da Polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal - DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Planejamento e Projetos em articulação com a Diretoria Técnico-Científica, o Instituto Nacional de Criminalística e Setores Técnico-Científicos.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Avaliar os sistemas, promover sua adequação, interligar banco de dados, promover treinamento de pessoal, dentre outras atividades pertinentes ao projeto. Implementar os projetos Pró-Amazônia e Promotec, executados em cumprimento ao Acordo celebrado entre o Brasil e a França, com financiamento externo oriundo de acordos celebrados com bancos franceses e alemães.

Tabela 7 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	EXECUÇÃO
Financeira	241.714,00

2.3.1.1.2 Ação 8979 – Reforma e Modernização das Unidades da Polícia Federal

Tabela R – Dados Gerais da Ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Maria Cláudia Schiavolini Corrêa
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Obras e Engenharia em articulação com as unidades da Polícia Federal que apresentam maior demanda para adequação de suas instalações prediais.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento especializado de obras e engenharia, do plano plurianual e da legislação de licitações e contratos.

Tabela 17 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	EXECUÇÃO
Financeira	148.000,00

2.3.2 Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade:

Pesquisas recentes indicam a criminalidade com um dos principais problemas enfrentados pela população. Segundo estudos do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o custo da violência no Brasil em 2004, foi estimado em R\$ 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do PIB, ou um valor per capita de R\$ 519,40. Deste total, R\$ 28,7 bilhões corresponderam a despesas efetuadas pelo setor público e R\$ 60,3 bilhões foram associados aos custos tangíveis e intangíveis arcados pelo setor

privado. Embora estes custos incluam acidentes de trânsito e suicídios, boa parte está ligada à criminalidade.

Nos últimos anos, a criminalidade no país aumentou substancialmente em todos os seus níveis e modalidades. Tal quadro se deve, não só devido às questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, como, principalmente, pela atuação crescente do crime organizado, com fortes reflexos nas taxas de violência e de corrupção nas três esferas de Poder.

Além dos efeitos diretos sobre as vítimas e seus familiares e de um maior dispêndio do Estado com os sistemas de segurança, justiça, saúde e de previdência social, o aumento da violência e da criminalidade impõe gastos de recursos às famílias e empresas, desvia recursos dos setores produtivos, gera perda de capital, ocasiona mudanças de hábitos, bem como inibe o turismo interno e externo e o consumo de determinados bens e serviços. Além disso, o custo da proteção leva as empresas a aumentarem os preços dos seus bens e serviços, o que gera uma diminuição dos negócios e conseqüentemente da atividade econômica.

Por sua vez, o desvio de dinheiro público, decorrente da corrupção, diminui a capacidade de investimento estatal e das empresas e prejudica o desenvolvimento econômico exacerbando cada vez mais a desigualdade social e conseqüentemente aumentando a criminalidade. A redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, propiciará condições favoráveis ao aumento do crescimento econômico, pois cria oportunidades de emprego e diminui as desigualdades sociais, fortalecendo a democracia, a cidadania e a paz social.

Tabela II – Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	Romero Luciano Lucena de Menezes
Gerente executivo	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Romero Luciano Lucena de Menezes
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não possui indicadores
Público-alvo (beneficiários)	A sociedade

2.3.2.1.Principais Ações do Programa

2.3.2.1.1 Ação 2720 – Operações de Caráter Sigiloso

Tabela U – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Inteligência Policial
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorens de Azevedo
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Inteligência e Núcleos de Inteligência nas Superintendências e Delegacias de Polícia Federal
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades de inteligência policial, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Tabela 20 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	EXECUÇÃO
Financeira	16.180,29

2.3.2.1.2 Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União

Tabela X – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas

	<p>assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros.</p> <p>Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	Rômulo Berrêdo
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Combate ao Crime Organizado, Diretoria Técnico-Científica, Coordenação Geral de Repressão aos Crimes Previdenciários, ver outras
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Tabela 22 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	EXECUÇÃO
Financeira	1.914.665,73

2.3.2.1.1. Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Tabela Z – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por	Diretoria de Combate ao Crime Organizado em articulação com a Divisão de Produtos Químicos.

gerenciamento ou execução da ação	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Tabela 23 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	EXECUÇÃO
Financeira	47.691,64

2.3.2.1.3 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela W – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Gestão de Pessoal
Coordenador nacional da ação	Rodrigo Teixeira Antuña
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Gabinete, Coordenação de Ensino, Coordenação de Altos Estudos em Segurança Pública, demais Diretorias das Unidades Centrais e Divisão de Administração.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento de polícia judiciária, dos planos e programas de capacitação e gestão administrativa.

Tabela 24 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	EXECUÇÃO
Financeira	5.280,00

2.4 Desempenho Operacional

Setor Técnico-Científico – SETEC

*** ÍNDICES GERAIS:**

Quadro de Laudos Emitidos

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE
Aparelhos eletrônicos	09
Arma e Balística (inclusive estatuto do desarmamento)	151
Constatação de dano ambiental	22
Contábil e Econômico-Financeiro	23
Diversos (veículos e materiais)	72
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	279
Exames técnicos em obras	16
Laboratório (entorpecentes e outros)	145
Local de crime	23
Material Audiovisual	35
Material de informática e Internet	93
Merceológico	43
TOTAL	911

Núcleo de Cartório-NUCART

*** ÍNDICES GERAIS:**

Evolução do andamento dos Procedimentos Cartorários no Ceará:

Ano	Instaurados	Relatados
2005	1.318	1.008
2006	1.676	1.529
2007	1.775	825
2008	1.872	832

Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG

*** ÍNDICES GERAIS:**

ÍNDICES	QUANTIDADE
Passaportes expedidos por ano	23.509
Carteiras de estrangeiros expedidas por ano	1.563
Processos de Permanência	237
Processos de Naturalização	15
Igualdade de Direitos	Não houve
Estrangeiros Irregulares Autuados	1.270
Estrangeiros Irregulares Notificados	246
Extradições realizadas por ano	Não houve
Deportações realizadas por ano	38
Expulsões realizadas por ano	12
Repatriações realizadas por ano	115
Empresas de Transporte Internacional Vistoriadas	08
Empresas de Transporte Internacional	32
Embarcações Fiscalizadas	838
TOTAL GERAL ARRECADADO NO ANO DE 2008	R\$ 4.701.974,88

*** ÍNDICES OPERACIONAIS:**

ÍNDICES DE OPERAÇÕES	TOTAL
PRISÃO PREVENTIVA	02
PRISÃO TEMPORÁRIA	18
MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO	15

(OPERAÇÃO/ DESCRIÇÃO)

1- OPERAÇÃO ANJOS DO SOL: DESARTICULAR UMA REDE DE TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES SEDIADA NO CEARÁ.

2- OPERAÇÃO PRAIA DE IRACEMA: OPERAÇÃO CONJUNTA COM OUTROS ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO PARA A IDENTIFICAÇÃO DE ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO IRREGULAR.

3- OPERAÇÃO CAUCAIA: OPERAÇÃO CONJUNTA COM OUTROS ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO PARA A IDENTIFICAÇÃO DE ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO IRREGULAR.

4- OPERAÇÃO ORLA MARÍTIMA: OPERAÇÃO CONJUNTA COM OUTROS ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO PARA A IDENTIFICAÇÃO DE ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO IRREGULAR.

Grupo Especial de Polícia Marítima – GEPOM

*** ÍNDICES GERAIS:**

ÍNDICES	QUANTIDADE
Bens apreendidos	Não houve
Embarcações fiscalizadas	20
Entorpecentes apreendidos	Não houve

*** ÍNDICES OPERACIONAIS:**

(OPERAÇÃO / DESCRIÇÃO)

1- PATRULHAMENTO MARÍTIMO: PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO.

2- FISCALIZAÇÃO DO TRÁFEGO INTERNACIONAL: APOIO AO NFTI/PORTO

3- PATRULHAMENTO MARÍTIMO E BUSCA: APOIO A AÇÃO POLICIAL MILITAR

4- OPERAÇÃO CONJUNTA COM SETEC/SR/CE, IBAMA E SEMACE: COLETA DE DADOS REFERENTE A DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO PORTO DO MUCURIBE

5- APOIO A OPERAÇÃO IMPACTO PROFUNDO DO IBAMA : APOIO AO IBAMA E DELEMAPH E NO COMBATE A PESCA PREDATÓRIA DA LAGOSTA

6- OPERAÇÃO CONJUNTA COM A DRE NO COMBATE AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS: MONITORAMENTO DA EMBARCAÇÃO VILLE D'ABDIJAN

Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários- DELEFAZ

*** ÍNDICES OPERACIONAIS:**

ÍNDICES DE OPERAÇÕES	TOTAL
PRISÃO PREVENTIVA	05
PRISÃO TEMPORÁRIA	00
MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO	24

(OPERAÇÃO / DESCRIÇÃO)

1- OPERAÇÃO BANCO IMOBILIÁRIO: DESARTICULAÇÃO DE QUADRILHA DE FALSIFICADORES DE MOEDA E DOCUMENTOS.

2- OPERAÇÃO CAMUFLAGEM: CUMPRIMENTO DE SEIS MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO EM LOJAS DE ELETRÔNICOS DE FORTALEZA POR IMPORTAÇÃO IRREGULAR DE PRODUTOS.

3- OPERAÇÃO CANAL 70 – ETAPAS I, II, III, IV E V: CINCO AÇÕES CONJUNTAS COM A ANATEL, REALIZADAS DURANTE O ANO DE 2008, PARA O FECHAMENTO DE RÁDIOS CLANDESTINAS E APREENSÃO DE SEUS EQUIPAMENTOS

4- OPERAÇÃO QUERUBIM: CUMPRIMENTO DE SETE MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO EM MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO CEARÁ EM EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE BEBIDAS.

5- OPERAÇÃO POMBO CORREIO: DOIS HOMENS FORAM PRESOS EM FLAGRANTE QUANDO RECEBIAM EQUIPAMENTOS PARA CLONAGEM DE CARTÕES PELO CORREIO.

Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP

*** ÍNDICES GERAIS:**

ÍNDICES	QUANTIDADE
Aplicação de multas por ano	R\$ 16.292,52
Certificados emitidos por ano	145
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	1.526
Vistorias realizadas por ano	554

Delegacia de Defesa Institucional- DELINST

*** ÍNDICES GERAIS:**

ÍNDICES	QUANTIDADE
Segurança de Dignitários	09
Proteção de testemunhas ameaçadas	Não houve
Segurança do Presidente da República	01

*** ÍNDICES OPERACIONAIS:**

ÍNDICES DE OPERAÇÕES	TOTAL
PRISÃO PREVENTIVA	0
PRISÃO TEMPORÁRIA	0
MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO	10

1- OPERAÇÃO ELEIÇÕES 2008: OPERAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO ESTADO DO CEARÁ .

Delegacia de Repressão a Entorpecentes-DRE

*** ÍNDICES GERAIS:**

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADES
COCAÍNA (KG)	687
MACONHA (KG)	2.174

*** ÍNDICES OPERACIONAIS:**

ÍNDICES DE OPERAÇÕES	TOTAL
PRISÃO PREVENTIVA	78
PRISÃO TEMPORÁRIA	03
MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO	36

1- OPERAÇÃO FAST FOOD: COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS E LAVAGEM DE DINHEIRO.

2- OPERAÇÃO CORUMBATÚ: COMBATE AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E LAVAGEM DE DINHEIRO.

3- OPERAÇÃO ROTA 364: TRÁFICO INTERESTADUAL DE DROGAS

4- OPERAÇÃO CEARÁ II: TRÁFICO INTERESTADUAL DE DROGAS

5- OPERAÇÃO BUIUÇÚ: TRÁFICO INTERESTADUAL DE DROGAS

Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio-DELEPAT:

* ÍNDICES OPERACIONAIS

ÍNDICES DE OPERAÇÕES	TOTAL
PRISÃO PREVENTIVA	11
PRISÃO TEMPORÁRIA	02
MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO	07

1- **OPERAÇÃO BELZEBU:** DESARTICULAÇÃO DE QUADRILHA INTERESTADUAL DE ASSALTANTES DE BANCO.

2- **OPERAÇÃO OFF ROAD:** CUMPRIMENTO DE SETE MANDADOS DE BUSCA E OITO PRISÕES DECORRENTES DA INVESTIGAÇÃO DA MORTE DE UM POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL EM CAUCAIA/CE.

3- **OPERAÇÃO NÃO NOMINADA:** PRISÃO DE CINCO HOMENS E APREENSÃO DE UM MENOR ENVOLVIDOS NA TENTATIVA DE LATROCÍNIO CONTRA POLICIAL FEDERAL.

Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas de Fogo-DELEARM

* ÍNDICES GERAIS

ÍNDICES	QUANTIDADE
Armas de fogo cadastradas	1.039
Armas de fogo apreendidas	52
Comunicação de furto/roubo de armas de fogo	167
Comunicação de perda/extravio de armas de fogo	39
Autorização para aquisição de arma de fogo nova	407
Autorização para transferência de arma de fogo	97
Portes de armas de fogo novos	63
Renovação de portes de arma de fogo	28
Emissão de certificados de registro de armas de fogo por renovação e transferência	1.738
Emissão de certificados de registro de armas de fogo novas	437

*ÍNDICES OPERACIONAIS

(OPERAÇÃO/DESCRIÇÃO)

1- OPERAÇÃO CAMPANHA DO DESARMAMENTO: DIVULGAR AS NOVAS REGRAS DA CAMPANHA DO DESARMAMENTO NOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ.

Grupo Especial de Repressão a Crimes Financeiros-GRFIN:

ÍNDICES DE OPERAÇÕES	TOTAL
PRISÃO PREVENTIVA	19
PRISÃO TEMPORÁRIA	0
MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO	20

1- OPERAÇÃO QUIXADÁ: OPERAÇÃO QUE DESARTICULOU UM ESQUEMA CRIMINOSO QUE ENVOLVIA DIVERSAS EMPRESAS DE VALORES E CÂMBIO ACUSADAS DE FRAUDES FINANCEIRAS E LAVAGEM DE DINHEIRO.

Núcleo de Inteligência Policial-NIP

*** ÍNDICES OPERACIONAIS**

ÍNDICES DE OPERAÇÕES	TOTAL
PRISÃO PREVENTIVA	0
PRISÃO TEMPORÁRIA	41
MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO	92

1- OPERAÇÃO AL CAPONE: COMBATE AO CONTRABANDO DE BEBIDAS E FALSIFICAÇÃO DE SELOS DE IPI.

2- OPERAÇÃO NEGOCIATA: COMBATE A CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL PRATICADOS POR GESTORES DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

3- OPERAÇÃO ARCA DE NOÉ: DESARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE ATUAVA NA MANUTENÇÃO DE UMA REDE DE JOGOS ILEGAIS E LAVAGEM DE DINHEIRO NO CEARÁ

4- OPERAÇÃO MARAMBAIA: COMBATE A CRIMES PRATICADOS POR GESTORES DE ÓRGÃOS AMBIENTAIS DE FORTALEZA E DO CEARÁ

Equipe de treinamento e Desenvolvimento- T& D:

Análise Crítica: No ano de 2008, a Equipe T & D da SR/DPF/CE, desenvolveu a programação estabelecida, cujos resultados foram considerados excelentes, tanto no que diz respeito à participação dos servidores, quanto aos cursos desenvolvidos.

O ano de 2008 possibilitou a concretização das metas estabelecidas ampliou o raio de ação da instituição com relação à área de capacitação.

No que diz respeito às metas qualitativas, os eventos foram analisados a luz dos interesses institucionais e as necessidades de trabalho.

Evento	Local do Evento	Número de Participantes
Encontro sobre crimes financeiros E lavagem de dinheiro.	Brasília/DF	01 participante
Treinamento de controle imigratório e Documentos de viagem.	Fortaleza/CE	02 participantes
I Curso de Gestores de Sistemas Nacional de procedimentos	Brasília/DF	02 participantes
Curso de formação de instrutor de Armamento e Tiro	Brasília/DF	02 participantes
Curso de Ferramenta de Análise	Brasília/DF	14 participantes
Palestra sobre Eneagrama	Fortaleza/CE	03 participantes
Encontro dos profissionais de saúde do DPF	Brasília/DF	40 participantes
Curso de Busca e Apreensão	Brasília/DF	04 participantes
Curso de Repressão a Crimes Ambientais	EAD	01 participante
Curso de Formação de Formadores	Fortaleza/CE	01 participante
Gerenciamento de Crise	Fortaleza/CE	01 participante
Identificação veicular	EAD	03 participantes
Português Instrumental	Fortaleza/CE	01 participante
Encontro Nacional de Chefes da DRE	Brasília/DF	02 participantes
Encontro Nacional de dirigentes de SRH	Recife/PE	02 participantes
I Encontro de Pesquisadores em Segurança Pública	São Paulo/SP	01 participante
Encontro Regional de Corregedores	Recife/PE	07 participantes
II Curso de Atividade Física Policial para professores	Brasília/DF	01 participante
II Seminário sobre técnica de informação em crimes financeiros e lavagem de dinheiro.	Fortaleza/CE	02 participantes
Curso de Perícia Social	Brasília/DF	02 participantes
Curso de Ferramenta de Análise	Fortaleza/CE	07 participantes
Curso de Investigação de Crimes Ambientais na rede mundial de computadores	Brasília/DF	02 participantes

Encontro dos Chefes de SIP e NIP	Natal/RN	01 participante
I Ciclo de palestras e perícia no Ceará	Fortaleza/CE	09 participantes
Curso de inglês	Fortaleza/CE	15 participantes
Seminário Internacional de Educação à Distância	Santos/SP	02 participantes
Curso de relações interpessoais	Fortaleza/CE	09 participantes
Curso de eletrônica em desmonte de bombas	Fortaleza/CE	15 participantes
I Seminário de perícia sobre poluição no INC	Brasília/DF	02 participantes
Seminário hispano-brasileiro de grafologia	Brasília/DF	19 participantes
Curso de fonética	Brasília/DF	01 participante
Curso de combate à pirataria	Fortaleza/CE	01 participante
I Seminário de Química Analítica	Brasília/DF	12 participantes
IV Seminário de Periciais de Crimes Ambientais	Brasília/DF	01 participante
Congresso latino-americano autonomie computing symposium	Porto Alegre/RS	01 participante
Curso avançado em crimes de computadores	Rio de Janeiro/RJ	01 participante
Encontro nacional de conteadista em documentoscopia	Brasília/DF	01 participante
Treinamento de tiro e defesa na ganhouse	Brasília/DF	01 participante
Curso avançado de software	Brasília/DF	01 participante
Curso Gestão de Qualidade	Brasília/DF	01 participante
Curso de Laboratório de Controle Farmacêutico	Fortaleza/CE	03 participantes
Fourth Conference on speed prosaty	Campinas/SP	01 participante
I Seminário em periciais em fraudes eletrônicas	Brasília/DF	02 participantes
Treinamento em geoprocessamento	Brasília/DF	02 participantes
Curso de combate à pirataria e outras práticas ilegais	Brasília/DF	02 participantes
II Seminário internacional de química analítica	Porto Alegre/RS	01 participante
VI Seminário nacional de balística forense	Goiânia/GO	02 participantes
XIII Congresso nacional de policiais federais	Brasília/DF	02 participantes
Conferência e curso avançado de perícias em crimes por computadores	Rio de Janeiro/RJ	01 participante
Curso de licitação e contratos	Brasília/DF	01 participante
Curso Gestão por Competência	Recife/PE	02 participantes
Curso de Obras de Engenharia	Fortaleza/CE	02 participantes
Curso de Italiano	Fortaleza/CE	19 participantes
I Encontro Nacional de saúde do servidor	Brasília/DF	01 participante
Curso Encase Encript Programming	Brasília/DF	01 participante

METAS 2008

METAS POLICIAIS

Meta 01: Dar continuidade ao planejamento operacional da Campanha do Desarmamento 2008 no interior do Estado em 2008.

Justificativa: Reforçar a divulgação das regras da Campanha do Desarmamento 2008 em municípios do interior do Ceará para incrementar os resultados.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Atendimento do SINARM nos municípios de Camocim, Sobral, Quixadá e Aracati.

Resultado: Meta atingida.

Meta 02: Executar satisfatoriamente o planejamento operacional de combate/descaminho ao contrabando de bebidas alcoólicas, cigarros, produtos de informática e outros internados no país ilegalmente.

Justificativa: Cumprir as determinações legais e institucionais do órgão.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Executadas diversas ações, inclusive de caráter permanente para atender esta demanda no Estado.

Resultado: Meta atingida.

Meta 03: Promover a especialidade de agentes no trabalho direto com os delegados.

Justificativa: Diminuir a distância burocrática visando a celeridade nas instruções dos inquiridos policiais.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Gestões junto à administração regional para primeiramente reforçar o efetivo na busca pelo alcance da meta.

Resultado: Meta atingida.

Meta 04: Intensificar operações policiais visando a desarticulação de quadrilhas que atuam nos Estados nordestinos em crimes contra o patrimônio da União.

Justificativa: Diminuir a criminalidade praticada por grupos organizados que atuam no Ceará e Estados limítrofes.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Foram instaurados 224 inquiridos policiais, dos quais 84 relatados, verificando-se aumento das apreensões, seqüestros de bens, prisões.

Resultado: Meta atingida.

Meta 05: Realizar treinamento técnico e prático junto a instituições policiais internacionais, visando o repasse de conhecimentos e experiências vividas por policiais de outros países.

Justificativa: Aprimoramento dos policiais lotados na DELEPAT visando o conhecimento do *modus operandi* de organizações criminosas que atuam em outros países.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Não foram realizadas as ações de treinamento pretendidas.

Resultado: Meta não atingida.

Meta 06: Aumentar o intercâmbio das DELEPATs nos Estados Circunvizinhos.

Justificativa: Aprimoramento do combate à criminalidade praticada por grupos organizados.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Ações integradas aconteceram no Estados circunvizinhos (Região Nordeste) bem como em outros Estados como Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

Resultado: Meta atingida.

Meta 07: Prestar apoio policial adequado aos órgãos do governo federal, quando solicitado.

Justificativa: Atender os ditames legais e institucionais, bem como as orientações da CGDI/DIREX.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Realizadas as diligências necessárias para atender as solicitações dos órgãos federais.

Resultado: Meta atingida.

Meta 08: Atender adequadamente a demanda dos serviços de segurança de dignitários e autoridades oficiais quando solicitado.

Justificativa: Atender o fluxo de autoridades oficiais que visitam o Ceará, seguranças autorizadas/solicitadas pelo Ministério da Justiça.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Realizadas as diligências necessárias para atender as solicitações de serviço de segurança de dignitários e autoridades oficiais.

Resultado: Meta atingida.

Meta 09: Programar operações policiais em conjunto com outras delegacias.

Justificativa: Necessidade de solicitar o apoio de outras delegacias em operações policiais diante do déficit do efetivo desta delegacia.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Solicitado o apoio necessário de outras delegacias para o desenvolvimento das operações policiais a cargo da DELINST.

Resultado: Meta atingida.

Meta 10: Incrementar o combate aos crimes contra os direitos humanos.

Justificativa: Dever imposto ao Estado do Brasileiro, pela Constituição Federal, em estar sempre atento ao princípio moderado na prevalência dos direitos humanos.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Foram desenvolvidas as ações necessárias para atender a esta demanda no Estado do Ceará.

Resultado: Meta atingida.

Meta 11: Incrementar os serviços de localização e intimação de pessoas no interesses dos Inquiridos Policiais.

Justificativa: Atender os ditames legais e institucionais.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Foram desenvolvidas as ações necessárias para atender a esta demanda no Estado do Ceará.

Resultado: Meta atingida.

Meta 12: Cumprir os mandados de busca e apreensão quando solicitado pela Justiça Federal.

Justificativa: Atender os ditames legais e institucionais.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Foram desenvolvidas as ações necessárias para atender a esta demanda no Estado do Ceará.

Resultado: Meta atingida.

Meta 13: Intensificar as operações policiais visando desarticular as quadrilhas que atuam no mercado ilegal de moeda estrangeira, com evasão de divisas, sonegação fiscal e na ocultação de bens e valores.

Justificativa: Diminuir o comércio ilegal de moeda estrangeira, as remessas ilegais para o exterior e a ocultação de bens e valores.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Realizadas operações como “QUIXADÁ” e “DIVISAS”, ocorrendo diversas prisões, apreensão de bens, desarticulação de várias quadrilhas que atuavam no comércio ilegal de moeda estrangeira, na evasão de divisas e na lavagem de capitais. Além disso, foi prestado apoio às diversas operações da SR/CE e, particularmente, à “ARCA DE NOÉ”.

Resultado: Meta atingida.

Meta 14: Aumentar o intercâmbio do GRFIN com as outras Instituições Públicas que atuam no combate aos ilícitos financeiros, especialmente com o BACEN, CGU e Receita Federal, bem como com os outros Grupos e Delegacias de Combate a Ilícitos Financeiros dos outros Estados.

Justificativa: Diminuir o comércio ilegal de moeda estrangeira, as remessas ilegais para o exterior e a ocultação de bens e valores.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Realizados trabalhos em conjunto com outras instituições públicas que atuam no combate aos ilícitos financeiros, e a exemplo, da Operação **DIVISAS** deflagrada em conjunto com DELEFIN/SR/DPF/SP.

Resultado: Meta atingida.

Meta 15: Intensificar o combate aos crimes ambientais, mormente ao tráfico internacional de animais e peças fósseis no Estado do Ceará.

Finalidade: Necessidade de combater o crescimento a ocorrência do tráfico internacional de animais no Ceará.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Fiscalizações em parceria com o IBAMA no Aeroporto Internacional Pinto Martins.

Resultado: Meta parcialmente atingida.

Meta 16: Criar Força-Tarefa com o IBAMA para combate aos crimes ambientais no período do defeso da lagosta.

Finalidade: Necessidade de intensificar as ações de combate à pesca predatória da lagosta para a preservação da espécie.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Sucessivas fiscalizações, conjuntas com o IBAMA, da costa litorânea do Ceará para combater a pesca predatória da lagosta.

Resultado: Meta atingida.

Meta 17: Aumentar o nível de atendimento global dos exames contábeis, econômico-financeiros, de engenharia, de informática, de local de crime, de audiovisual e eletrônicos.

Finalidade: Incrementar a produção de laudos periciais do SETEC/SR/DPF/CE.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Solicitação de aquisição de novas viaturas, computadores, impressoras gráficas, notebooks e gestões junto ao INC/DITEC/DPF para a lotação de mais peritos dessas especialidades no SETEC/SR/DPF/CE.

Resultado: Meta atingida.

Meta 18: Melhorar a qualidade dos exames documentoscópicos;

Finalidade: Já foram disponibilizados os equipamentos necessários pelo projeto PROMOTEC, mas falta treinamento,

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Gestões junto ao INC/DITEC.

Resultado: Meta parcialmente atingida.

Meta 19: Efetivar a existência do Grupo de Bombas e Explosivos no âmbito da SR/DPF/CE.

Finalidade: O GBE/SR/DPF/CE apesar de já instituído formalmente necessita de treinamento de seus membros para a sua efetiva implantação.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Gestões junto à administração regional;

Resultado: Meta não atingida.

Meta 20: Estabelecer parceria com o INSS para informações continuadas.

Finalidade: Para maior margem de acerto nas investigações.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Gestões junto ao INSS.

Resultado: Meta atingida.

Meta 21: Desenvolver ações urgentes que permitam um melhor controle da entrada, estada e saída de estrangeiro e entrada e saída de brasileiros.

Finalidade: Coibir o crescente número de imigrantes irregulares, turismo sexual, tráfico de pessoas e outros ilícitos que são perpetrados via aeroportos e portos.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Gestões juntos à administrações central e regional.

Resultado: Meta atingida.

Meta 22: Desenvolver as ações dos CESPORTOS

Finalidade: As ações dos CESPORTOS podem ter grande reflexo do fluxo internacional de transporte de mercadorias.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Normatização dos CESPORTOS.

Resultado: Meta atingida.

Meta 23: Promover ações para o eficiente cadastro e vistoria das empresas de transporte internacional.

Finalidade: Controlar as atividades e a legalidade desta empresas.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Procedimentos necessários levados a efeito pela DELEMIG.

Resultado: Meta atingida.

Meta 24: Implementar o moderno funcionamento do PROMASP na expedição de passaportes e atendimento da população estrangeira.

Finalidade: Executar previsão normativa.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Instalação do novo sistema.

Resultado: Meta atingida.

Meta 25: Cumprir com o apoio da INTERPOL os mandados de prisão expedidos pelo STF (Extradição) e controlar a retirada compulsória (Expulsão) dos estrangeiros que cumprem pena.

Finalidade: Cumprir determinação legal.

Procedimentos necessários levados a efeito pela DELEMIG.

Resultado: Meta atingida.

Meta 26 Intensificar as relações entre a DELESP e as instituições financeiras, sindicatos patronais e de empregados das empresas de segurança.

Finalidade: Interatividade da DELESP e as entidades retromencionadas.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Ações efetivadas pela DELESP.

Resultado: Meta atingida.

METAS ADMINISTRATIVAS

Meta 1: Aquisição de mobiliário (estação de trabalho, estantes e cadeiras)

Justificativa: Tendo em vista o aumento do efetivo de policiais e administrativos nos últimos três anos e, o mobiliário atual estar deteriorado devido ao tempo de uso.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de disponibilidade orçamentária, somente foi liberada uma pequena parte, foi realizado a nível nacional um Pregão Eletrônico SRP nº 34/2008-COAD/DPF. Entramos como órgão participante neste pregão, adquirimos cadeiras, poltronas, armários, estações de trabalho e mesas.

Resultados: Atingindo parcialmente por falta de disponibilidade orçamentária.

Meta 2: Contratar vigilantes armados para a SR e Delegacia de Juazeiro do Norte

Justificativa: Necessidade de reduzir o número de policiais no plantão da SR/CE e da Delegacia de Juazeiro do Norte.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Foi realizada Pregão eletrônico nº 09/2008-SR/DPF/CE para a contratação de vigilância armada e desarmada para Superintendência, Delegacia de Juazeiro do Norte e Posto Avançado de Sobral.

Resultados: Atingida

Meta 3: Aquisição de materiais permanentes tais como trituradores, aparelhos eletro-eletrônicos, ar-condicionado, etc

Justificativa: Devido à carência de tais materiais nesta SR/CE.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de disponibilidade orçamentária, como somente foi liberada uma pequena parte, foi realizada carona nos Pregões Registro de Preços nº 66/2008-UFBA, 12/2007-SR/DPF/AC, 02/2008-Exercito Brasileiro, 05/2008-Gerencia Executiva de Natal, 06/2008-Exercito Brasileiro, 01/2008-IBGE/CE, 36/2007-CEF/SP, 07/2008-Exercito Brasileiro, adquirindo: ar condicionados, no-breaks, aparelhos telefônicos, impressoras, rádio transceptor, aparelhos fac-simile.

Resultados: Parcialmente, não adquirido em quantidades suficientes para atender a demanda desta Superintendência por falta de disponibilidade orçamentária.

Meta 4: Realizar curso de capacitação na área administrativa (licitações, contratos e pregão)

Justificativa: Atender as necessidades da SR/CE, no aperfeiçoamento, atualização das equipes de licitação, de gestão de contrato e administração.

Ações desenvolvidas para o atingimento: 04 servidores participaram do Programa de Gestão de Logística Pública, ofertados numa parceria da ENAP com o DPF e 01 servidor participou de simpósio sobre Licitações e Contratos em Porto Alegre/RS promovido pela Advocacia Geral da União daquele Estado.

Resultados: Parcialmente, há a necessidade de realizar mais cursos na área de licitações, contratos e pregões.

Meta 5: Realizar contratação de empresa para realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência.

Justificativa: As dependências desta Superintendência estão necessitando de reforma por estar muito desgastado.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizado Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência.

Resultados: Meta Atingida

Meta 6: Realizar contratação de empresa para realizar a adequação das dependências da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE para a implantação do NUTEC/SR/DPF/CE.

Justificativa: A necessidade de implantação do NUTEC na Delegacia de Juazeiro do Norte/CE.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizada Tomada de Preço nº 02/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para a adequação das dependências da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE para a implantação do NUTEC/SR/DPF/CE

Resultados: Meta Atingida

Meta 7: Realizar aquisição de ar-condicionados para o NUTEC/SR/DPF/CE da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE.

Justificativa: A necessidade de implantação do NUTEC na Delegacia de Juazeiro do Norte/CE.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizado Pregão nº 11/2008-SR/DPF/CE para a aquisição de aparelhos de ar condicionados para o NUTEC da Delegacia em Juazeiro do Norte/CE.

Resultados: Meta Atingida

Meta 8: Realizar contratação de empresa para a manutenção corretiva, manutenção preventiva e docagem para a flotilha da SR/CE

Justificativa: A necessidade de manutenção das embarcações do DEPOM/SR/CE

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizado Pregão nº 07/2008-SR/CE para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de manutenção corretiva, fornecimento de peças, manutenção preventiva a ser realizada por marinheiro de máquinas e docagem anual para a flotilha da SR/DPF/CE

Resultados: Meta Atingida

Meta 9: Realizar contratação de empresa para a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de recepção na DELEMIG da SR/DPF/CE, para o atendimento no embarque e desembarque internacional de passageiros e tripulantes, bem como na recepção a requerentes de documentos de viagem nos pontos de emissão de passaportes localizados no Aeroporto Internacional Pinto Martins e Delegacia de Juazeiro do Norte/CE.

Justificativa: Reforço e auxílio no atendimento e recepção a requerentes de documentos de viagens, passageiros e tripulantes, nas filas e nos guichês, nos pontos de emissão de passaportes e terminais de embarque e desembarque internacionais, nas áreas aeroportuárias.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizado Pregão nº 11/2008-SR/CE para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de recepção na DELEMIG da SR/DPF/CE, para o atendimento no embarque e desembarque internacional de passageiros e tripulantes, bem como na recepção a requerentes de documentos de viagem nos pontos de emissão de passaportes localizados no Aeroporto Internacional Pinto Martins e Delegacia de Juazeiro do Norte/CE.

Resultados: Meta Atingida

Meta 10: Reforma nos banheiros e revisão nas instalações e hidro-sanitárias, da SR/CE.

Justificativa: Em decorrência do estado precário de uso, em razão do tempo de construção do imóvel (28 anos)

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizado Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência, englobando os banheiros.

Resultados: Meta atingida parcialmente

Meta 11: Locação de um galpão para depositar bens apreendidos.

Justificativa: Para armazenar bens apreendidos como veículos, jet sky, quadriciclos e bens móveis inservíveis e/ou obsoletos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de disponibilidade orçamentária, orçamento liberado para o ano de 2009.

Resultados: Não realizado por falta de disponibilidade orçamentária

Meta 12: Aumento e Renovação da frota de veículos da SR/DPF/CE.

Justificativa: Substituir veículos em mau estado, veículos antigos, atualizar a frota visando atendimento às novas demandas.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de disponibilidade orçamentária

Resultados: Não realizado por falta de disponibilidade orçamentária.

Meta 13: Reforma e adaptação da Delegacia do DPF em Juazeiro do Norte/Ce.

Justificativa:Necessidade de manutenção desta descentralizadas em virtude de apresentar avarias nas coberturas, fissuras nas paredes e necessidade de pintura.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Após a liberação de disponibilidade orçamentária para realizar a reforma, foi realizado procedimento licitatório na modalidade Convite para a reforma do Prédio da Delegacia em Juazeiro do Norte/CE, sendo celebrado o contrato nº 28/2007-SR/DPF/CE.

Resultados: Meta atingida

Meta 14: Pintura geral no Edifício-Sede (paredes externas e internas, grades da custódia, e grades externas)

Justificativa:Necessidade de manutenção e conservação do imóvel da SR/CE devido ao desgaste do tempo de uso.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizada Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência, englobando a pintura geral do Edifício Sede

Resultados: Meta atingida parcialmente

Meta 15: Troca do piso da área externa da Superintendência

Justificativa:Necessidade de manutenção e conservação do imóvel da SR/CE devido ao desgaste do tempo de uso.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizada Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência, englobando a troca do piso da área externa desta SR/CE

Resultados: Meta atingida parcialmente

Meta 16:Substituição das divisórias em Eucatex.

Justificativa: Substituir as divisórias destruídas, tomadas por térmitas (cupins) e outros insetos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizada Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência, englobando a troca do piso da área externa desta SR/CE, incluindo a substituição das divisórias.

Resultados: Meta atingida parcialmente.

Meta 17: Substituição do telhado de todo o prédio da SR.

Justificativa:Necessidade de manutenção e conservação do imóvel da SR/CE devido ao desgaste do tempo de uso.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizada Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência, incluindo a substituição do telhado de todo o prédio da SR

Resultados: Meta atingida parcialmente.

Meta 18:Substituição do forro de gesso e luminárias de toda a área interna da SR.

Justificativa: Necessidade de manutenção e conservação do imóvel da SR/CE devido ao desgaste do tempo de uso

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizada Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência, incluindo a substituição do forro de gesso e luminárias de toda a área interna da SR

Resultados: Parcialmente

Meta 19: Promover contratação de pessoa jurídica, para a manutenção em computadores, impressoras e aparelhos eletrônicos (fax, televisores, DVDs e vídeo-cassetes) da SR/CE

Justificativa: Equipamentos de informática e aparelhos eletrônicos (fax, televisores, DVDs e vídeo-cassetes) necessitam de manutenção preventiva e corretiva

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de disponibilidade orçamentária

Resultados: Não realizado por falta de disponibilidade orçamentária.

Meta 20: Ampliação do sistema de proteção eletrônica para esta SR/CE.

Justificativa: O atual sistema de segurança não atende as necessidades da atual SR/CE

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizado Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência, incluindo a reforma do Circuito Fechado de TV – CFTV e sistema de controle e automação.

Resultados: Parcialmente

Meta 21: Promover contratação de pessoa jurídica, para a manutenção do sistema de segurança, incluindo o circuito de câmeras, sistema de senhas, portões e cerca elétrica para esta SR/CE e para a Delegacia de JNE.

Justificativa: O sistema de segurança desta SR/CE e da Delegacia de Juazeiro do Norte/Ce necessita de manutenção preventiva e corretiva

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de disponibilidade orçamentária para a contratação.

Resultados: Não atingida

Meta 22: Manutenção de aparelhos de ar-condicionado (janeleiros e splits).

Justificativa: Os aparelhos de ar-condicionado de janela e Split que esta SR/CE vem adquirindo necessitam de manutenção corretiva e preventiva.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de disponibilidade orçamentária

Resultados: Não realizado por falta de disponibilidade orçamentária.

Meta 23: Recuperação da Central de ar-condicionado da SR/CE.

Justificativa: Devido ao uso por mais de 27 anos havendo o desgaste natural.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizado Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência, incluindo a substituição da central de ar-condicionado por uma nova.

Resultados: Parcialmente

Meta 24: Aquisição de nova central telefônica para esta SR/CE

Justificativa: A atual central telefônica teve sua fabricação descontinuada em meados de 2001 criando dificuldade de manutenção e também não atende a crescente necessidade de criação de novos ramais.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de disponibilidade orçamentária

Resultados: Não realizado por falta de disponibilidade orçamentária.

Meta 25: Reforma e ampliação do canil desta SR/CE

Justificativa: Devido à chegada de novos cães nesta SR/CE

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizada Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência, incluindo a reforma do canil.

Resultados: Parcialmente

Meta 26: Reforma do subsolo desta SR/CE

Justificativa: Aproveitamento de área totalmente abandonada nesta SR/CE.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizada Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência, incluindo a reforma do sub-solo

Resultados: Parcialmente

Meta 27: Realização de serviço de certificação e manutenção da rede lógica desta SR/DPF/CE

Justificativa: A rede de computadores existente nesta SR/CE foi construída ao longo do tempo, com poucos recursos e de forma artesanal, necessitando urgente de estruturação e certificação.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realizada Tomada de Preço nº 01/2008-SR/CE para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura realizar levantamentos, estudos e projetos executivos completos para a reforma desta Superintendência, incluindo a reforma da rede de dados, voz e vídeo.

Resultados: Parcialmente.

Meta 28: Contratação de empresa para entrega de intimações, incluindo coleta, transporte e entrega domiciliar, com abrangência local e estadual de objetos, de correspondências, sob registro, com aviso de recebimento-AR e/ou mão-própria-MP.

Justificativa: Minimizar os gastos com combustíveis utilizados nas viaturas, bem como os desgastes das mesmas, com a conseqüente redução do custo operacional do serviço de telegrama e agentes policiais designados para tal fim.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de disponibilidade orçamentária

Resultados: Não realizado por falta de disponibilidade orçamentária.

Meta 29: Instalação de novos servidores DELL.

Justificativa: Os novos servidores são mais robustos e confiáveis.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Providenciada a aquisição e instalação dos equipamentos.

Resultado: Meta atingida.

Meta 30: Instalação de novo servidor de arquivos LINUX.

Justificativa: O sistema NOVELL estava ultrapassado e sem suporte.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Providenciada a mudança do servidor.

Resultado: Meta atingida.

Meta 31: Instalação de 140 estações de trabalho novas (computadores).

Justificativa: Recebimento dos novos equipamentos da administração central do DPF em Brasília.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Providenciada a instalação de todos os novos equipamentos.

Resultado: Meta atingida.

Meta 32: Instalação de 26 novas impressoras.

Justificativa: Recebimento dos novos equipamentos da administração central do DPF em Brasília.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Providenciada a instalação de todos os novos equipamentos.

Resultado: Meta atingida.

Meta 33: Conclusão de maior número de atendimentos.

Justificativa: Ampliar os serviços prestados pelo NTL.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Conclusão de mais de 1.700 atendimentos no ano, atendendo a Superintendência, os NFTIs-AIPM e Porto do Mucuripe, Posto de Sobral/CE e Delegacia de Juazeiro do Norte/CE.

Resultado: Meta atingida.

Meta 34: Substituição de todos os arquivos do Setor por arquivo único.

Justificativa: Os arquivos anteriores encontravam-se impróprios, devido ao grande volume de documentos que arquivamos por sua fragilidade e desgaste pelo tempo de uso.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Solicitação para realização de licitação para aquisição do bem.

Resultado: Meta atingida.

Meta 35: Realização de treinamento para o pessoal de cadastro.

Justificativa: Servidores administrativos que ingressaram no setor no decorrer do ano sem que houvessem sido treinados, o que prejudica o desempenho do servidor e da instituição. Além do que a legislação de pessoal muda constantemente e os servidores acabam não tendo como acompanhar essas mudanças, o que gera divergências nos procedimentos. O treinamento ajudaria na integralização e atualização dos servidores da área administrativa e na uniformidade de procedimentos.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: O Ministério do Planejamento vem oferecendo curso de capacitação e treinamento e, na medida do possível, este SRH tem disponibilizado a participação de seus servidores, bem como, oportunidade de treinamento na Coordenação de Recursos Humanos, em Brasília.

Resultado: Meta parcialmente atingida.

Meta 36: Recomposição do efetivo principalmente no SRH, SETEC, DELEPREV, DELEFAZ e SELOG.

Justificativa: Auxiliar na demanda crescente destes setores e delegacias.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Gestões junto a administração central.

Resultado: Meta não atingida.

Meta 37: Novo Sistema de Refrigeração para o SRH.

Justificativa: O Sistema central de ar-condicionado não estava com funcionamento adequado.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Foi disponibilizado um novo aparelho para suprir as necessidades deste Setor.

Resultado: Meta atingida.

Meta 38: Ampliação do espaço físico do Setor.

Justificativa: O setor perdeu bastante espaço físico nos últimos anos, causando prejuízo ao bom andamento do serviço.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Não houve perspectiva para tomar providências no sentido de solucionar o problema, uma vez que a redução do espaço físico é um problema generalizado na Superintendência.

Resultado: Meta não atingida.

Meta 39: Reestruturar o espaço físico do Cartório com a criação de ilhas de trabalho.

Finalidade: Desenvolver com qualidade e eficiência os trabalhos cartorários, visando otimizar os serviços prestados aos públicos interno e externo.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Solicitação junto ao SELOG;

Resultado: Meta não atingida.

Meta 40: Aquisição de 05(cinco) notebooks de última geração.

Finalidade: Atender as solicitações de serviços cartorários externos incluindo viagens ao interior e outras unidades do DPF;

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Solicitação junto ao NTI e SELOG;

Resultado: Meta não atingida.

Meta 41: Planejar e realizar cursos voltados para órgãos-clientes do trabalho técnico-científico da Polícia Federal como Poder Judiciário, dentre outros.

Finalidade: Apesar da exposição freqüente da Polícia Federal na mídia, é importante que os órgãos-clientes tenham noção da exata do que a Perícia do DPF pode oferecer.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Primeiro ciclo de cursos realizado em dezembro de 2008.

Resultado: Meta parcialmente atingida.

Meta 42: Participação de pelo menos um perito do SETEC/SR/DPF/CE em 100% dos cursos e seminários oferecidos pela ANP/DPF.

Finalidade: O nível técnico dos peritos criminais federais tem sido sempre exaltado nos trabalhos realizados, sendo a atualização uma maneira de manter elevado este nível. **Ação desenvolvida para atingir o resultado:** Gestões junto ao GAB/SR/DPF/CE para garantir esta participação.

Resultado: Meta atingida.

Meta 43: Realização de cursos voltados especificamente para crimes na área previdenciária.

Finalidade: Preparar o efetivo para o combate a crimes previdenciários.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Solicitação junto a administração central.

Resultado: Meta parcialmente atingida.

Meta 44: Viabilizar cursos ou seminários para a reciclagem de pessoal da DELESP/SR/DPF/CE.

Finalidade: Necessidade constante de atualização do efetivo.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Gestões juntos à administrações central e regional.

Resultado: Meta parcialmente atingida.

Meta 45: Reestruturação do SINARM.

Justificativa: Determinação da Direção-Geral do DPF para a transferência do SINARM da DELINST para a DELEARM.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Mudança de lotação dos servidores da DELINST que já atuavam junto ao SINARM para DELEARM e alocação dos demais recursos necessários.

Resultado: Meta atingida.

Meta 46: Reciclagem dos policiais lotados na DELEFAZ na área de suas atribuições, bem como na especialização de combate a crimes cibernéticos, financeiros.

Justificativa: No interesse de cumprir a missão de especializar a condução dos trabalhos a cargo da DELEFAZ.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Solicitação à administração central e regional de realização de cursos e treinamentos.

Resultado: Meta parcialmente atingida.

Meta 47: Reorganizar a DELEFAZ em um mesmo espaço físico nas dependências da Superintendência.

Justificativa: No interesse da melhoria na condução dos trabalhos a cargo da DELEFAZ.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Solicitação à administração regional de realização de cursos e treinamentos.

Resultado: Meta não atingida.

Meta 48: Promover a especialidade de agentes no trabalho direto com os delegados. **Justificativa:** Diminuir a distância burocrática visando a celeridade nas instruções dos inquéritos policiais.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Gestões junto à administração regional para primeiramente reforçar o efetivo na busca pelo alcance da meta.

Resultado: Meta atingida.

Meta 49: Efetuar a atualização da lotação dos servidores que exercem suas atividades no GRFIN.

Justificativa: Os servidores que atualmente atuam no grupo são lotados em outras delegacias, havendo a necessidade de compor as equipes que atuam no NO e NA, com a observância do número proporcional de delegados, escrivães, agentes e servidores administrativos.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Solicitação encaminhada à administração regional.

Resultado: Meta não atingida.

Meta 50: Realizar treinamentos teórico-práticos junto às instituições policiais internacionais, à ANP e a outros órgãos governamentais que atuam no combate aos crimes financeiros.

Justificativa: Aprimoramento dos policiais lotados no GRFIN visando o conhecimento do *modus operandi* das organizações criminosas que atuam em outros países, da atualização da legislação penal aplicável aos crimes financeiros e das práticas investigativas adotadas por outros órgãos e entidades públicas.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Não houve iniciativa por parte da administração central do DPF para a satisfação desta meta.

Resultado: Meta não atingida.

Meta 51: Capacitar e treinar os servidores do NIP/SR/DPF/CE E UIP/DPF/JNE/CE em cursos na área de inteligência policial.

Justificativa: Visa a agilidade e observância do princípio da oportunidade na produção e análise de conhecimentos.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Propor a realização de cursos, estágios de análise e planejamento de operações de inteligência policial.

Resultado: Meta atingida.

Meta 52: Ampliar o espaço físico da DELEMAPH.

Finalidade: Melhorar o desempenho dos trabalhos policiais.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Gestões junto ao GAB/SR/DPF/CE.

Resultado: Meta não atingida.

Meta 53: Capacitar os servidores lotados no núcleo de operações da DELEMAPH, visando melhorar a qualidade no desempenho das operações respectivas.

Finalidade: Os servidores que atualmente compõem a lotação da DELEMAPH não possuem treinamento específico para o combate a crimes ambientais.

Ação desenvolvida para atingir o resultado: Gestões junto a DMAPH/DIREX/DPF para a disponibilização de vagas em cursos da ANP.

Resultado: Meta parcialmente atingida.

Indicador de desempenho das Metas

Objetivos: Apresentar índice de desempenho das metas programadas para o exercício de 2008

a) Utilidade: o índice a ser calculado indicará o atingimento das metas programadas;

b) Tipo: eficácia

c) Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{TOTAL METAS ATINGIDAS}}{\text{TOTAL METAS PROGRAMADAS}} = \%$$

$$\frac{\text{TOTAL METAS ATINGIDAS PARCIALMENTE}}{\text{TOTAL METAS PROGRAMADAS}} = \%$$

$$\frac{\text{TOTAL METAS NÃO ATINGIDAS}}{\text{TOTAL METAS PROGRAMADAS}} = \%$$

d) Método de aferição:

- Percentual das metas atingidas pelo total das metas planejadas

- Percentual das metas parcialmente atingidas pelo total das metas planejadas

- Percentual das metas não atingidas pelo total das metas planejadas

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

SELOG/SR/DPF/CE

f) Resultado do indicador no exercício:

	METAS POLICIAIS		METAS ADMINISTRATIVAS		TODAS AS METAS	
	QTDE	INDICE	QTDE	INDICE	QTDE	INDICE
Atingidas	22	84,60%	18	33,96%	40	50,63%
Parcialmente Atingidas	2	7,70%	20	37,74%	22	27,85%
Não Atingidas	2	7,70%	15	28,30%	17	21,52%
TOTAL	26	100,00%	53	100,00%	79	100,00%

g) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Como medidas que possam melhorar os indicadores destacamos:

1) A realização de um planejamento de ações de curto e médio prazo contando para isso de fornecimento de dados e pretensões de todos os Setores demandantes. O Setor responsável pela implementação dessa medida é o SELOG – SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL.

2) Fazer gestões junto à Direção Geral para liberação de disponibilidade orçamentária no intuito de implementar as metas para o exercício de 2009. O responsável por essa medida é o Superintendente Regional.

2.4.1 - Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	506.659,48	540.541,94	540.545,17
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS	2.008.425,95	3.196.592,89	2.090.560,86
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	729.387,10	804.389,51	1.223.057,45
3.1. Publicidade	5.744,64	12.348,12	27.843,28
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	466.488,34	429.934,05	690.973,22
3.3. Tecnologia da informação	-----	-----	-----
3.4. Outras Terceirizações	120.248,72	236.535,07	375.410,02
3.5. Suprimento de fundos	136.905,40	125.572,27	128.830,93
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-----	8.876,11	128.830,93
TOTAIS	3.244.472,53	4.550.400,45	3.854.163,48

Obs: Em 2008 o valor do Suprimento de Fundos correspondeu ao valor do Cartão de Crédito Corporativo, pois a partir desse ano o Suprimento de Fundos passou a ser concedido somente através do Cartão de Crédito.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	388.974,65	-	-	-	1.932.149,29	498.131,16	393.298,05	1.040.720,08
--	--	--	--	-	-	-	-	-
Total	388.974,65	-	-	-	1.932.149,29	498.131,16	393.298,05	1.040.720,08

Nota:

- Devem ser informados os valores constantes do Siafi;
- O quadro deve ser complementado por uma análise abordando:
 - as razões para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;
 - discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

OBS 1: Os valores constantes de Restos a Pagar incluem a soma das unidades gestoras 200392 e 200393.

OBS 2: Não há Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro.

OBS 3: No que tange à discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto, esta Unidade não dispõe de dados para esse item.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

“NÃO SE APLICA”

6. Previdência Complementar Patrocinada

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

“NÃO SE APLICA”

8. Renúncia Tributária

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

10. Operações de fundos

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

11. Despesas com cartão de crédito

Tabela x –	Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas				
	Fatura		Saque		
	Quantidade -1	Valor Total (R\$)	Quantidade	Valor Total (R\$)	
2006	-	-	-	-	-
2007	5	8.876,11	-	-	-
2008	116	47.978,98	77	18294,00	-

Tabela y – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG 200084 (200392 e 200393) em 2008: R\$ 227.250,00		
Natureza dos gastos permitidos: Artigos de drogarias e farmácias, material de manutenção predial, posto de combustível, serviços e autopeças, artigos de supermercados, livros, equipamento eletroeletrônico, utensílios, ferramentas e afins.		
Limites concedidos a cada portador		
Portador	Nº do Suprimento	Limite
1. Paulo César de Mesquita Soares	01/2008	R\$ 6.000,00
	17/2008	R\$ 1.200,00
2. Antônio Erasmo Marinho	02/2008	R\$ 3.500,00
3. José Fernandes Ferreira da Silva	03/2008	R\$ 2.000,00
	20/2008	R\$ 4.000,00
	24/2008	R\$ 1.000,00
	28/2008	R\$ 600,00
4. Antônio Carlos Rebouças Maia	04/2008	R\$ 4.000,00
	11/2008	R\$ 3.000,00
	42/2008	R\$ 5.000,00
5. Maria Joseli Tomas da Costa Queiroz	05/2008	R\$ 4.000,00
	51/2008	R\$ 2.000,00
	71/2008	R\$ 1.000,00
	82/2008 (cancelado)	R\$ 2.000,00
6. Reginaldo Batista Nogueira	06/2008	R\$ 4.000,00
	16/2008	R\$ 2.000,00
7. Paulo de Tasso Leite de Barros	07/2008	R\$ 800,00
	22/2008	R\$ 600,00
	29/2008 (cancelado)	R\$ 200,00
	34/2008	R\$ 3.000,00
	63/2008	R\$ 2.000,00
	77/2008	R\$ 500,00
8. Carlos Alberto Pereira Pessoa	08/2008	R\$ 4.000,00
9. José Carlos Pimentel	09/2008	R\$ 300,00
	15/2008	R\$ 1.000,00
	55/2008 (cancelado)	R\$ 500,00
10. Maurício César Proença Bezerra	10/2008	R\$ 3.000,00
	45/2008	R\$ 4.000,00
11. José Veras Filho	12/2008	R\$ 8.000,00
	25/2008	R\$ 4.000,00
12. Aloizio Paes Lima	13/2008 (cancelado)	R\$ 3.500,00
	19/2008	R\$ 4.000,00
13. Fábria Rejane Azevedo Lopes Rocha	91/2008	R\$ 2.000,00
	21/2008	R\$ 4.000,00
14. Milca Rosas Costa Alencar	22/2008	R\$ 2.000,00
	94/2008	R\$ 2.000,00
15. Regina Cláudia dos Santos	22/2008	R\$ 2.000,00
16. Luís Cláudio Alves Aguiar	94/2008	R\$ 2.000,00
	23/2008	R\$ 1.700,00

	30/2008	R\$ 8.000,00
	37/2008	R\$ 2.000,00
	41/2008	R\$ 2.000,00
	52/2008	R\$ 8.000,00
	74/2008	R\$ 2.900,00
17. Carlos Augusto Alves	26/2008 (cancelado)	R\$ 4.000,00
18. Luís Washington Teixeira	27/2008	R\$ 500,00
	35/2008	R\$ 500,00
	36/2008	R\$ 500,00
	40/2008	R\$ 300,00
	88/2008	R\$ 2.000,00
19. Henrique Terêncio Cunha da Silveira Araújo	31/2008	R\$ 500,00
	32/2008	R\$ 1.300,00
	58/2008	R\$ 2.000,00
	67/2008	R\$ 500,00
	92/2008	R\$ 1.800,00
20. Everardo Pinto Camurça	33/2008 (cancelado)	R\$ 4.000,00
	38/2008	R\$ 3.000,00
	39/2008	R\$ 1.000,00
21. Jaime Conrado Brasileiro Filho	54/2008	R\$ 2.000,00
	76/2008	R\$ 2.000,00
	84/2008	R\$ 1.000,00
21. José Salim Ary Neto	48/2008	R\$ 4.000,00
	56/2008	R\$ 2.000,00
22. Daniele Teixeira da Costa	42/2008	R\$ 500,00
	57/2008 (cancelado)	R\$ 2.000,00
	69/2008 (cancelado)	R\$ 500,00
23. Antônio Gilson Costa Oliveira	59/2008	R\$ 2.000,00
	68/2008 (cancelado)	R\$ 500,00
24. Rômulo Pires Lessa	60/2008	R\$ 2.000,00
25. Antônio Flávio Alves	61/2008	R\$ 2.000,00
26. Raimundo Ângelo de Carvalho Araújo	62/2008	R\$ 2.000,00
27. Nara Lúcia Cavalcanti Coutinho	64/2008	R\$ 5.000,00
28. João Fernando Azevedo Bessa	64/2008 (cancelado)	R\$ 2.000,00
29. Maxênio Davis Soares de Souza Férrer	66/2008	R\$ 5.000,00
30. Joaquim Freitas Batista	53/2008	R\$ 6.000,00
	70/2008 (cancelado)	R\$ 500,00
	90/2008	R\$ 6.000,00
31. Ana Cláudia Santana Diniz	72/2008	R\$ 9.000,00
32. José Glayston Araújo dos Santos	73/2008	R\$ 3.000,00
33. Francisco Rodrigues do Nascimento	75/2008	R\$ 500,00
34. Joelmy Diógenes Saldanha	78/2008	R\$ 2.500,00
35. Fernando Fernandes de Lima	79/2008	R\$ 250,00
	86/2008	R\$ 3.000,00
36. Maria Zeneide de Sousa	81/2008	R\$ 5.000,00
37. Carlos Artur Lima da Rocha	83/2008	R\$ 5.000,00
38. José Argos Carneiro de Vasconcelos	89/2008	R\$ 700,00

39. José Wellington Veras Albuquerque	93/2008 (cancelado)	R\$ 500,00
40. Erivaldo Cavalcante Mendes de Vasconcelos	46/2008	R\$ 3.500,00
	47/2008 (cancelado)	R\$ 3.500,00
41. Jorge Luís Bezerra de Castro e Silva	43/2008	R\$ 600,00
42. Washington Alves Moreira Júnior	49/2008	R\$ 2.000,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

“NÃO HOUE RECOMENDAÇÃO DO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO NO ANO DE 2008”

13. Determinações e recomendações do TCU

“NÃO HOUE RECOMENDAÇÃO DO ORGÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ANO DE 2008”

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS Quantidade	NO	SISAC
Admissão	0		*	
Desligamento	1		*	
Aposentadoria	12		*	
Pensão	0		*	

* Todos os Registros no SISAC são realizados de forma centralizada pela DGP em Brasília.

15. Dispensas de Instauração de TCE eTCE cujo envio ao TCU foi dispensado

“NÃO HOUE DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE NO ANO DE 2008”

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	437	37.759.543,32	444	43.936.236,01	454	54.423.973,14
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio	437	37.759.543,32	444	43.936.236,01	454	54.423.973,14

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância /Limpeza	27	466.488,34	29	429.934,05	52	690.973,22
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo		-	7	91.317,55	47	208.314,66
Pessoal Terceirizado Outras atividades	7	120.248,72	7	145.217,52	8	167.095,36
Estagiários		-		-		-
Total Pessoal Terc + Estag	34	586.737,06	43	666.469,12	107	1.066.383,24

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade						

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	7		7		8	
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus			1		1	
Total Pessoal cedido pela Unidade	7	*	8	*	9	*

*Informações centralizadas pela DGP em Brasília.

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	376	R\$ 51.882.341,01
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	78	R\$ 2.541.632,13
Total Geral	454	R\$ 54.423.73,14

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Atentando-se para uma análise abrangente acerca da execução das metas estabelecidas pela Superintendência da Polícia Federal no Ceará para o exercício de 2008, quais sejam administrativas e policiais, considera-se que, ao final do referido exercício, seu resultado geral foi satisfatório, ainda que algumas metas não tenham sido realizadas por falta de disponibilidade orçamentária, ou diante da falta de espaço físico, equipamentos, mobiliários, viaturas e demais meios necessários para o alcance de um resultado satisfatório em sua totalidade.

Não obstante as ressalvas anteriormente citadas, a Superintendência da Polícia Federal no Ceará, ao longo do ano de 2008, não só realizou ações de maior complexidade operacional e de gestão, alcançando melhores resultados e com maior destaque na sociedade, sobretudo com a abrangência de suas ações policiais atingindo mais municípios do interior do Estado, bem como outros Estados, nos quais são refletidos os crimes aqui cometidos, que resultaram no incremento numérico e qualitativo de prisões e apreensões e, por conseguinte, em forte golpe no crime organizado e demais estruturas criminosas cuja apuração compete a Polícia Federal. Tudo isso, com o intuito maior do fortalecimento de seus deveres constitucionais, indispensável à manutenção do Estado Democrático de Direito..

No aspecto da gestão administrativa ainda que algumas deficiências e necessidades sobreexistam, muitas medidas foram implementadas ou iniciadas no exercício 2008 que, nos anos seguintes, trarão resultados cruciais para o bom andamento das atividades da Polícia Federal no Ceará, destacando-se, principalmente, a reestruturação do espaço físico de toda a Superintendência e inauguração de um edifício anexo, onde serão aglutinados todos os setores e delegacias que prestam serviços de atendimento ao público. Medida que visa ofertar maior conforto à sociedade cearense.

Considerando que em todas as operações exitosas realizadas pela Superintendência Regional do Ceará, a atividade meio, o apoio administrativo, se fez presente, de

forma efetiva, para o sucesso atingido, uma vez que a atividade operacional policial não pode prescindir do pagamento de diárias para os policiais, aquisição e manutenção das viaturas, reservas e aquisição de passagens aéreas, apenas a título de exemplo, dentre outras.

Concluimos que muito falta a se efetivar para atender as necessidades geradas pela demanda, sempre crescente, criando dificuldades e obstáculos que, embora não impeça a realização das atividades meio e fim, geram desgaste, comprometendo a eficiência do almejado.

Soluções existem demandando planejamento, estudos e eleições de prioridades, pautando a decisão técnica sempre como norte para o atingimento das metas sejam administrativas e operacionais na atividade fim do Departamento de Polícia Federal.